



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



RELATÓRIO DE REUNIÃO

Data: 15.07.2013

Proc. n.º: 188 – SI 125/13

Horário início: 9h

Término: 10h

Assunto: reunião para tratar sobre a condução de tratores e colheitadeiras em vias públicas.

Requerente: Vers. Carlos E. de Mello e Márcio Müller.

Convidados: Executivo Municipal, Conselho Municipal de Transporte e Trânsito–CMTT, Brigada Militar–BM, Polícia Rodoviária Estadual, Comandante do Comando Regional de Polícia Ostensiva–CRPO, Prefeitos de Brochier, Maratá, São José do Sul, Pareci Novo e Salvador do Sul.

Presentes: Lista de Presenças anexa ao referido processo

Principais pontos Destacados: Vereadores proponentes destacaram que existe tramitação de resolução no Conselho Nacional de Trânsito–CONTRAN que prevê a exigência de habilitação na categoria “E” para dirigir esse tipo de transporte, sendo que atualmente se exige categoria “C”. Ressaltaram também que as resoluções n.º 429/12 e 434/13 do CONTRAM (em anexo), atualmente em vigor, exigem que todos os tratores e máquinas agrícolas que circulam em vias públicas devem estar devidamente emplacados e licenciados e que projeto de lei, de autoria do Deputado Federal Alceu Moreira (PMDB), que equipara máquinas agrícolas a carros bélicos, desobrigando as mesmas do registro e licenciamento anual, está no Senado Federal após sua aprovação na Câmara dos Deputados. Os prefeitos e secretários da região relataram as reclamações dos agricultores com relação à obrigatoriedade legal de emplacamento e licenciamento desses veículos. Também falaram que estão pleiteando asfaltamento da estrada que liga Maratá a Brochier, isso pode agravar o problema com o trânsito desses veículos. Como a Transcitrus é uma via que passa principalmente por propriedades rurais, com o trânsito de caminhões, há perigos de acidentes. Ressaltaram que estão preocupados com a legalidade dos tratores. O Comandante da Polícia rodoviária, Sargento Elodir dos Santos Corrêa, explicou que o Comando atende a oito municípios e que todos os anos ocorrem acidentes envolvendo tratores. Ponderou que a atribuição da Polícia é a de fiscalizar segundo a legislação de trânsito. Dessa maneira, se o veículo não está adequado às normas de trânsito, o ele é recolhido. Ressaltou que os estudos de trânsito e a legislação caminham para um maior rigor na aplicação das penalidades e da fiscalização. Sobre os equipamentos exigidos para esses veículos trafegarem na rodovia pública, esclareceu que, desde mil novecentos e noventa e nove, a legislação estabelece os seguintes equipamentos necessários para tratores: farol dianteiro, de luz branca ou amarela, lanternas de posição traseira da cor vermelha, lanternas de freio da cor vermelha, indicadores luminosos de mudança de direção dianteiro e traseiro e pneus que ofereçam condições. Capitão Pedro Afonso da Silva Francilio, Comandante da 2ª Seção do CRPO-VC, passou documentário sobre tratores e máquinas agrícolas, tratando



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



de emplacamento, sobre os equipamentos obrigatórios, registro no DETRAN, sendo que as máquinas continuam proibidas de transitar nas rodovias públicas. O condutor que não fizer a regularização do veículo fica sujeito à multa de R\$ 191,54, sete pontos na carteira e apreensão do veículo. Capitão Moacir Brum, Comandante da 1ª Companhia, disse que a preocupação é com a adequação da legislação em vigor com a realidade do campo. No entanto, ressaltou que se deve dar atenção à questão da segurança e que não se trata de buscar recursos mediante aplicação de penalidades, mas uma adequação da legislação visando à segurança. Destacou que os legislativos devem propor a diminuição dessas taxas de licenciamento para adequação do veículo conforme a legislação. Defendeu a proposição de valores diferenciados, a isenção de taxas, linhas de crédito, já que a reclamação dos agricultores diz respeito a isso, tais como as isenções já existentes para aquisição de máquinas agrícolas, a fim de facilitar esse licenciamento e cadastro do veículo. Disse que isso depende de legislação federal e estadual. Colocou-se à disposição de realizar palestras e outros programas educativos e/ou de orientação para as comunidades rurais. No entanto, ressaltou que a competência da BM é a de fiscalização, cumprindo a legislação em vigor, pois seu objetivo é a manutenção da segurança e que faltam orientação e informação dos agricultores sobre a legislação vigente no que tange à adequação dos veículos às questões de segurança. Observou que o licenciamento visa a forçar o condutor a se adequar à legislação no que tange aos critérios de segurança do veículo, pois o maior responsável pelos acidentes é o condutor.

Encaminhamentos: Encaminhar moção de apoio, enviando-a a Senadora Ana Amélia Lemos, ao referido projeto de lei do Deputado Alceu Moreira, através das câmaras de vereadores da região, à pauta apresentada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul-FETAG, objetivando alteração imediata do Código Brasileiro de Trânsito-CTB, para que as máquinas agrícolas recebem um tratamento específico e diferenciado em um artigo próprio, além de Carteira Nacional de Habilitação "C", "D" ou "E" para o condutor do maquinário nas vias públicas; bem como ao referido projeto de lei do Deputado Alceu Moreira, que altera a redação dos artigos 105, 115 e 144 do CTB, desobrigando o licenciamento e cadastro obrigatório de máquinas agrícolas. Após a aprovação ou não desse projeto de lei, será agendada uma nova reunião para debater o tema. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

Ver. Carlos E. de Mello-PP
(1º autor)